



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

### ESTUDOS TÉCNICOS Nº 1076

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

**UNIDADE DEMANDANTE:** ASIPO – Assistência de Segurança Institucional e Polícia Judicial

**PROCESSO REFERÊNCIA:** Planejamento de Contratação 2026 (PCA)

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda decorre da necessidade de dotar o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão de meios materiais adequados para a preservação da ordem, da integridade física e da segurança institucional de magistrados, servidores, colaboradores e do público em geral, especialmente em contextos de maior sensibilidade, como o período eleitoral e a realização de eventos institucionais de grande circulação.

O ambiente da Justiça Eleitoral apresenta características próprias de risco, notadamente em razão da elevada exposição pública, da concentração de pessoas, da atuação de agentes externos e da possibilidade de situações críticas que demandam resposta imediata, proporcional e tecnicamente adequada. Nesse cenário, a segurança institucional deve estar estruturada com recursos que permitam a prevenção, a contenção e a resposta a incidentes, priorizando a preservação da vida e a mitigação de danos.

A aquisição de Dispositivos Elétricos Incapacitantes (DEI) insere-se como medida de fortalecimento da atuação da Polícia Judicial, ao disponibilizar instrumento de menor potencial ofensivo destinado à neutralização de ameaças ou comportamentos agressivos, em estrita observância aos princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade. O emprego desse tipo de equipamento permite a contenção de situações de risco sem o uso de força letal, reduzindo a probabilidade de lesões graves ou fatais e alinhando-se às diretrizes contemporâneas de uso progressivo da força no âmbito da segurança pública e institucional.

De forma complementar, a aquisição de equipamentos destinados à Brigada de Incêndio do Tribunal, tais como cadeiras de resgate, coletes e capacetes, visa assegurar condições adequadas para atuação em situações de emergência, evacuação assistida e salvamento, especialmente em edificações com circulação intensa de pessoas e presença de indivíduos com mobilidade reduzida. Esses recursos são essenciais para a pronta resposta a incidentes como incêndios, panes estruturais, mal súbito de usuários e outras ocorrências que exijam intervenção imediata e segura.

Adicionalmente, a incorporação de raquetes detectoras constitui medida preventiva de controle de acesso e de identificação de objetos potencialmente perigosos, reforçando as camadas de segurança orgânica das unidades do Tribunal. Tal solução contribui para a redução de riscos, para a dissuasão de condutas inadequadas e para o fortalecimento do ambiente seguro necessário ao regular funcionamento da Justiça Eleitoral.

Como também, verifica-se a necessidade de modernização dos sistemas de controle de acesso interno por meio da aquisição de fechaduras digitais com biometria e gerenciamento remoto, destinadas a salas estratégicas, ambientes administrativos sensíveis e áreas de acesso restrito da sede do TRE-MA e do Fórum Eleitoral. A medida visa reforçar a segurança patrimonial, a rastreabilidade de acessos e a mitigação de riscos relacionados à circulação não autorizada, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

A presente necessidade está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 435/2021, que estabelece a adoção de medidas preventivas, a gestão de riscos e a proteção da vida como eixos estruturantes da segurança institucional. Assim, a contratação pretendida não atende a interesses individuais ou circunstanciais, mas configura medida estruturante voltada ao cumprimento do dever institucional de garantir ambientes seguros, acessíveis e funcionalmente protegidos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

#### 2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

A contratação está prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026** (Resolução TRE-MA nº 10.251/2024) e alinha-se ao objetivo estratégico de "**Fortalecer a governança institucional**", garantindo a proteção de ativos e a continuidade das funções institucionais em ambiente seguro.

#### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, a contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, ambientais e jurídicos compatíveis com a natureza dos bens a serem adquiridos e com a criticidade das atividades de segurança institucional desempenhadas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Os requisitos essenciais da contratação compreendem, de forma integrada:

a) fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação e funcionamento, vedado o fornecimento de itens reconicionados, usados ou fora das especificações técnicas definidas neste Estudo

Técnico Preliminar;

b) atendimento integral às especificações técnicas mínimas de desempenho, resistência, durabilidade e ergonomia, de modo a assegurar a adequação dos equipamentos às atividades operacionais da Polícia Judicial e da Brigada de Incêndio, bem como à rotina de controle de acesso e resposta a emergências;

c) compatibilidade dos equipamentos com os protocolos de segurança institucional, com as rotinas operacionais do Tribunal e com as diretrizes normativas aplicáveis, especialmente aquelas previstas na Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 435/2021;

d) observância dos princípios do uso progressivo e proporcional da força, no caso dos equipamentos destinados à Polícia Judicial, assegurando que os meios adquiridos sejam classificados como de menor potencial ofensivo e adequados à mitigação de riscos sem emprego de força letal;

e) exigência de garantia mínima dos produtos, compatível com a natureza de cada item, incluindo suporte técnico, reposição ou substituição em caso de defeitos de fabricação, sem ônus adicional para a Administração;

f) vedação à subcontratação integral do objeto, admitindo-se apenas subcontratações parciais estritamente necessárias e devidamente justificadas, quando tecnicamente aceitáveis, nos termos da legislação vigente;

g) atendimento a critérios de sustentabilidade, quando aplicável, priorizando materiais duráveis, processos produtivos responsáveis, redução de resíduos e embalagens adequadas, em conformidade com as diretrizes ambientais da Administração Pública:

A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável, da eficiência administrativa e da responsabilidade socioambiental da Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes aplicáveis ao Poder Judiciário.

No âmbito ambiental, sempre que tecnicamente viável e compatível com a natureza dos bens a serem adquiridos, serão priorizados produtos confeccionados com materiais duráveis, resistentes e de maior vida útil, de modo a reduzir a necessidade de substituições frequentes e a consequente geração de resíduos. Deverão ser evitados materiais de baixa durabilidade ou que demandem descarte precoce, privilegiando-se soluções que contribuam para a racionalização do consumo de recursos.

Serão admitidos, como critérios adicionais de sustentabilidade, a utilização de materiais recicláveis ou reciclados, a redução de embalagens excessivas, a adoção de embalagens recicláveis ou biodegradáveis e a observância de práticas de produção ambientalmente responsáveis por parte dos fornecedores, quando aplicável ao tipo de item contratado. Tais critérios deverão ser compatíveis com os requisitos de segurança, desempenho e resistência exigidos para equipamentos de uso operacional.

No aspecto social, a contratação deverá observar o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho, vedada a utilização de mão de obra infantil, trabalho análogo ao escravo ou condições degradantes, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho. A comprovação de regularidade jurídica e fiscal do fornecedor constitui requisito mínimo para participação no certame.

Sob a perspectiva econômica, a sustentabilidade será promovida pela busca de soluções que conciliem custo, durabilidade e eficiência, priorizando bens com menor custo global ao longo do ciclo de vida, e não apenas menor preço inicial. A adoção do Sistema de Registro de Preços, aliada ao planejamento da demanda, contribui para a redução de desperdícios, para a racionalização das aquisições e para a otimização do gasto público.

Os critérios de sustentabilidade ora estabelecidos serão aplicados de forma proporcional ao objeto, sem prejuízo da competitividade do certame, observando-se sempre a compatibilidade com as exigências técnicas e operacionais indispensáveis à segurança institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada das baterias e componentes eletroeletrônicos das fechaduras digitais e demais equipamentos eletrônicos, nos termos da Lei nº 12.305/2010 e da IN SEGES/ME nº 01/2022, mediante comprovação documental da logística reversa.

h) comprovação da capacidade técnica e da idoneidade econômico-financeira do fornecedor, quando exigível, de forma proporcional ao objeto, à sua criticidade operacional e aos riscos associados ao fornecimento, nos termos dos arts. 67 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

i) A entrega dos bens será submetida a **recebimento provisório e definitivo**, mediante verificação quantitativa e qualitativa realizada pelo setor competente, com o objetivo de atestar a conformidade integral dos itens fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no contrato. O **local de entrega** será a **Assessoria de Segurança Institucional e Inteligência (ASESI)**, na sede do **Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA)**, situada na **Avenida Senador Vitorino Freire, bairro Areinha, São Luís - MA, CEP 65030-015**, em dias úteis e horário previamente acordado com a Administração. O recebimento e o acompanhamento da entrega ocorrerão sob a supervisão da unidade demandante, por servidor designado, observadas as disposições da Lei nº

j) Pagamento à Contratada: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, desde que sejam apresentadas a nota fiscal e o Termo de Garantia. A liberação do pagamento estará sujeita à confirmação do cumprimento de todas as condições previstas no contrato e no Termo de Referência.

k) Obrigações da Contratada:

- Realizar o transporte e a entrega dos produtos no local e prazo definidos no contrato, garantindo condições adequadas de acondicionamento.
- Cumprir todas as especificações técnicas estabelecidas no contrato, assegurando que os itens entregues estejam em conformidade com o ETP e o edital.
- Fornecer assistência técnica durante todo o período de garantia, atendendo às solicitações da Administração em prazo hábil.
- Substituir ou reparar, sem ônus para a Administração, quaisquer itens que apresentem defeitos ou falhas, dentro do prazo de garantia contratual.
- Apresentar amostras dos itens antes da contratação definitiva, para avaliação de qualidade, resistência e acabamento.
- Apresentar documentação comprobatória de garantia e qualidade dos produtos, como laudos técnicos ou certificações, quando aplicável.
- Responder por eventuais danos decorrentes de defeitos dos produtos fornecidos, inclusive durante o período de garantia.
- Assegurar a reposição imediata de peças e acessórios defeituosos, evitando prejuízos às atividades institucionais da ASES e ASIPO.
- **Descarte de materiais não conformes:** Constatada a entrega de materiais em desacordo com as especificações técnicas, a empresa será formalmente notificada para proceder à substituição ou retirada dos itens reprovados. Caso não o faça no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a Administração poderá adotar o descarte adequado dos materiais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato e na legislação vigente, resguardando-se a segurança institucional e a higidez do processo administrativo.

l) Observações: cumpre esclarecer que o Código de Defesa do Consumidor (CDC), em regra, não se aplica às contratações públicas, uma vez que a Administração Pública não é considerada parte vulnerável na relação contratual, e os contratos administrativos são firmados sob regime jurídico de direito público, com cláusulas em caráter de imperatividade e supremacia. Todavia, admite-se a aplicação excepcional do CDC em situações específicas de vulnerabilidade técnica da Administração, quando o objeto envolva áreas altamente especializadas e o órgão não detenha expertise suficiente para aferir a adequação ou qualidade do fornecimento.

m) Os requisitos ora estabelecidos visam mitigar riscos de fornecimento inadequado, assegurar a padronização mínima necessária à atuação integrada dos agentes envolvidos e garantir que os bens adquiridos atendam de forma efetiva às necessidades institucionais do Tribunal, sem restrição indevida à competitividade do certame.

n) as fechaduras digitais deverão possuir, no mínimo, sistema de autenticação por biometria, senha numérica e chave física de emergência, gerenciamento remoto por aplicativo com geração de relatórios de acesso, travamento automático, alerta de bateria fraca e compatibilidade com portas padrão ABNT 14913, admitindo-se modelo de referência IFR 7000 da Intelbras ou equivalente técnico.

#### 4. DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A solução proposta consiste na aquisição integrada de equipamentos de menor potencial ofensivo destinados à atuação da Polícia Judicial, equipamentos operacionais voltados à Brigada de Incêndio do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e dispositivos de apoio ao controle de acesso e dispositivos eletrônicos de controle de acesso por meio de fechaduras digitais biométricas, destinadas ao reforço da segurança interna de ambientes estratégicos, formando um conjunto de recursos destinados à prevenção, contenção e resposta a situações de risco e emergência no ambiente institucional.

A definição dos itens e das respectivas quantidades foi realizada com base em levantamento técnico da unidade demandante, considerando o efetivo atualmente disponível, a dinâmica operacional das atividades de segurança institucional, a circulação média de pessoas nas unidades do Tribunal e a necessidade de manutenção de capacidade mínima de resposta em cenários críticos. O dimensionamento busca assegurar cobertura adequada sem excessos, observando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência administrativa.

No que se refere à Polícia Judicial, os quantitativos de Dispositivos Elétricos Incapacitantes (DEI) foram estimados de forma a permitir o aparelhamento adequado dos agentes designados para atividades de segurança ostensiva e contenção de incidentes, respeitando critérios de alternância, redundância operacional e disponibilidade imediata dos equipamentos em situações de maior risco.

Quanto à Brigada de Incêndio, as quantidades de cadeiras de resgate, coletes e capacetes foram definidas a partir da composição da brigada ativa, da distribuição das edificações e da necessidade de evacuação assistida, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, assegurando que os brigadistas disponham dos meios necessários para atuação segura e eficaz em situações de emergência.

As raquetes detectoras tiveram seus quantitativos estimados com base nos pontos de controle de acesso existentes e na necessidade de apoio a procedimentos preventivos de identificação de objetos potencialmente perigosos, reforçando as camadas de segurança orgânica sem comprometer o fluxo regular de pessoas.

Os quantitativos consolidados encontram-se discriminados em tabela específica, a ser detalhada no Termo de Referência, podendo ser ajustados no curso da execução contratual, quando cabível, de acordo com a evolução da demanda, alterações no efetivo ou readequações operacionais devidamente justificadas.

O dimensionamento dos quantitativos foi realizado com base em critérios objetivos relacionados à estrutura operacional da segurança institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, considerando efetivo disponível, pontos de controle existentes, necessidade de redundância operacional e perspectiva de expansão das atividades.

#### a) Dispositivos Elétricos Incapacitantes – 06 unidades

A estimativa de 06 (seis) unidades foi definida considerando:

- A composição da equipe de serviço da Polícia Judicial;
- A necessidade de disponibilidade imediata para dois agentes por turno em atividade operacional;
- A manutenção de 02 (duas) unidades sobressalentes para cobertura de afastamentos, manutenção preventiva ou eventual indisponibilidade temporária.

Assim, o quantitativo contempla:

- 04 unidades destinadas ao uso direto em serviço;
- 02 unidades de reserva técnica.

A adoção de número inferior comprometeria a redundância operacional e a continuidade do serviço, enquanto quantitativo superior não se mostra necessário diante da atual estrutura funcional.

#### b) Cadeiras de resgate – 04 unidades

O quantitativo foi definido considerando:

- A existência de edificações com circulação significativa de público;
- A necessidade de evacuação assistida de pessoas com mobilidade reduzida;
- A distribuição estratégica dos equipamentos entre unidades administrativas.

O número assegura disponibilidade simultânea em caso de emergência sem gerar ociosidade excessiva.

#### c) Coletes e capacetes para brigadistas – 150 unidades de cada

Atualmente, o Tribunal conta com aproximadamente 135 brigadistas formados e aptos à atuação.

O quantitativo de 150 unidades foi definido com base em:

- Cobertura integral do efetivo atual;
- Margem técnica para reposição imediata;
- Previsão de crescimento do número de servidores formandos;
- Ampliação das atividades no Fórum Eleitoral e na sede do TRE-MA.

A adoção de quantitativo idêntico para coletes e capacetes assegura padronização e cobertura plena dos integrantes da Brigada.

#### d) Raquetes detectoras – 08 unidades

O quantitativo foi definido com base na seguinte distribuição operacional:

- 03 unidades destinadas ao Fórum Eleitoral;
- 03 unidades destinadas à sede do TRE-MA;
- 02 unidades sobressalentes para substituição imediata em caso de falha ou intensificação de controle em eventos.

Embora existam 02 pontos fixos de controle, a distribuição considera:

- Turnos alternados;
- Eventos simultâneos;
- Sessões plenárias;
- Necessidade de reforço em períodos eleitorais.

O quantitativo assegura continuidade do serviço sem dependência exclusiva de único equipamento por ponto.

#### e) Fechaduras digitais biométricas – 25 unidades

O quantitativo foi definido considerando:

- Identificação de salas estratégicas e ambientes de acesso restrito na sede do TRE-MA e no Fórum Eleitoral, após análise de risco efetuado pela ASESJ;
- Substituição gradual de fechaduras mecânicas vulneráveis;
- Necessidade de controle individualizado de acesso e rastreabilidade;
- Padronização tecnológica entre unidades;
- Reserva técnica para reposição imediata.

O número de 25 unidades corresponde ao levantamento preliminar de ambientes sensíveis identificados pela unidade

demandante, assegurando cobertura adequada sem excesso.

## **4.2 Conformidade com Orientação do Controle Externo**

O presente dimensionamento observa o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União no sentido de que o Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar, de forma lógica e fundamentada, a metodologia adotada para definição das quantidades estimadas, evitando termos genéricos como “conforme demanda” e assegurando rastreabilidade entre necessidade institucional e custo estimado.

A memória de cálculo apresentada evidencia:

- Critério funcional;
- Critério operacional;
- Critério de redundância técnica;
- Critério de crescimento institucional;
- Proporcionalidade do investimento.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O levantamento de mercado teve por finalidade identificar a existência, a disponibilidade e as características das soluções ofertadas para atendimento das necessidades de segurança institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, bem como verificar a maturidade do mercado, a diversidade de fornecedores e a compatibilidade dos produtos com as exigências normativas e operacionais aplicáveis.

A pesquisa realizada demonstrou que os equipamentos objeto da presente contratação são amplamente comercializados no mercado nacional, com oferta regular por fabricantes e distribuidores especializados, que atendem órgãos do Poder Judiciário, forças de segurança pública e instituições de proteção civil. Os produtos analisados apresentam características padronizadas, com especificações técnicas comparáveis, permitindo a definição objetiva de requisitos mínimos de desempenho, segurança e durabilidade.

No segmento de equipamentos de menor potencial ofensivo, especialmente os Dispositivos Elétricos Incapacitantes, constatou-se a existência de fornecedores com linhas consolidadas, compatíveis com protocolos de uso progressivo da força e com as diretrizes de segurança institucional adotadas no âmbito do Poder Judiciário. Esses equipamentos são usualmente empregados por forças policiais e órgãos de segurança institucional, com ampla documentação técnica, manuais de operação e histórico de fornecimento à Administração Pública.

Quanto aos equipamentos destinados à Brigada de Incêndio, como cadeiras de resgate, coletes e capacetes, verificou-se que se tratam de bens amplamente difundidos no mercado de segurança e salvamento, com oferta diversificada, padrões técnicos conhecidos e conformidade com boas práticas de evacuação, resgate e resposta a emergências. Os produtos disponíveis atendem às exigências de resistência, ergonomia e identificação visual necessárias à atuação em ambientes institucionais com circulação de público.

Em relação às raquetes detectoras, observou-se que o mercado dispõe de modelos amplamente utilizados para controle preventivo de acesso em prédios públicos, eventos institucionais e instalações sensíveis, com funcionamento simples, portabilidade e adequação a rotinas de triagem não invasiva. Trata-se de equipamento de uso comum, com ampla concorrência e facilidade de reposição.

A análise de mercado também indicou que os bens em questão não se caracterizam como soluções exclusivas ou customizadas de forma restritiva, mas como produtos padronizados, disponíveis em catálogos comerciais e passíveis de fornecimento por empresas de diferentes portes, o que favorece a competitividade do certame. Não foram identificadas barreiras tecnológicas, logísticas ou regulatórias que inviabilizem a contratação por meio de procedimento licitatório regular.

Adicionalmente, verificou-se a inexistência de Atas de Registro de Preços vigentes que contemplem, de forma integral e compatível, os itens pretendidos, seja em relação às especificações técnicas, seja quanto às quantidades e às condições de fornecimento exigidas pelo Tribunal, o que reforça a necessidade de realização de procedimento próprio de contratação.

Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia a viabilidade técnica e comercial da contratação, a ampla oferta de soluções compatíveis com as necessidades institucionais identificadas e a possibilidade de definição objetiva do objeto, criando condições favoráveis à obtenção de proposta vantajosa para a Administração.

## **6. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

A pesquisa de preços contemplou fontes formais e idôneas, incluindo contratações públicas similares realizadas por órgãos da Administração Pública, Atas de Registro de Preços vigentes, pregões eletrônicos e dispensas publicadas em portais oficiais de compras governamentais, bem como consultas a fornecedores especializados nos segmentos de segurança institucional, equipamentos de menor potencial ofensivo, materiais de salvamento e dispositivos de controle

preventivo de acesso.

Foram identificados processos recentes com objetos equivalentes, cujos valores serviram de referência para a composição da estimativa, conforme registrado no respectivo Mapa de Preços. Os dados coletados foram consolidados em planilha própria, contendo especificações dos itens, valores unitários e totais, fornecedores, datas de cotação e metodologia de cálculo adotada, com exclusão de valores manifestamente discrepantes e adoção de média compatível com os padrões praticados no mercado para bens de igual natureza e complexidade.

A estimativa de preços para o item Dispositivo Elétrico Incapacitante (DEI) foi elaborada com base em levantamento de contratações públicas recentes de dispositivos de menor potencial ofensivo com composição completa de kit operacional, incluindo dispositivo principal, bateria blindada recarregável, 06 (seis) cartuchos de lançamento de dardos, coldre, carregador, maleta e acessórios de uso. Tais referências foram obtidas nos contratos e termos de referência dos seguintes processos públicos: CONTRATO nº 0063/2024 do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com valor unitário de R\$ 15.539,82; Termo de Referência do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-16), com valor de R\$ 12.958,20 para kit equivalente; e Pregão Eletrônico SRP nº 00045/2025 disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas, com valor unitário de R\$ 10.219,68 para dispositivo com 6 cartuchos e acessórios compatíveis. Essas referências foram consolidadas em média aritmética simples, resultando em **R\$ 14.249,01** por unidade, parâmetro adotado como estimativa de preço para fins de planejamento desta contratação, de modo a refletir o preço praticado pelo mercado institucional para dispositivos completos com especificações técnicas equivalentes às exigidas no presente ETP. A metodologia adotada observa o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, assegurando rastreabilidade, transparência e compatibilidade com os valores de mercado especializados, além de contemplar a variabilidade de preços entre diferentes entes públicos e garantindo margem de segurança orçamentária compatível com previsões de aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo que atendam aos requisitos técnicos e operacionais exigidos no objeto da contratação.

A estimativa de preços referente ao item “Cadeira de Resgate para Evacuação Assistida” foi realizada com base em levantamento junto a fornecedores especializados no segmento hospitalar e de equipamentos de emergência, priorizando modelos destinados à evacuação em escadas, transporte assistido e utilização em ambientes institucionais com circulação de público. Foram consideradas cotações obtidas nos seguintes estabelecimentos: LuedMed (R\$ 4.500,00), Cirúrgica São Gabriel (R\$ 2.590,00), Saúde Shop (R\$ 2.086,00) e Ortho House (R\$ 1.890,00), todas compatíveis com as especificações técnicas demandadas para uso institucional. A média aritmética simples dos valores apurados resultou em **R\$ 2.825,33** por unidade, adotada como parâmetro estimativo para fins de planejamento da contratação.

No que se refere às fechaduras digitais com biometria, a pesquisa de preços foi realizada mediante levantamento de valores praticados em contratações públicas de órgãos do Poder Judiciário, bem como junto a fabricantes e revendas especializadas em segurança eletrônica, considerando modelos com autenticação por biometria, senha numérica, chave física de emergência, travamento automático e compatibilidade com portas padrão ABNT 14913, admitindo-se modelo de referência Intelbras IFR 7000 ou equivalente técnico.

Foram considerados os seguintes valores unitários identificados:

- a) Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado do Acre, Pregão Eletrônico SRP (2024), modelo referência Intelbras IFR 7000 ou similar: R\$ 2.453,45 por unidade;
- b) Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – Pregão Eletrônico nº 73/2022, modelo PRIMEBRAS Atenas: R\$ 708,69 por unidade;
- c) Fabricante Elsys – modelo ESF-DE2000B: R\$ 749,00 por unidade;
- d) Fabricante Pado – modelo FDE-250: R\$ 949,05 por unidade;
- e) Fabricante Beluni – modelo New Grey Tuya: R\$ 990,00 por unidade.

A média aritmética simples dos valores unitários válidos apurados resultou em **R\$ 1.170,04** (mil cento e setenta reais e quatro centavos) por unidade.

Considerando o quantitativo estimado de 25 (vinte e cinco) unidades, o valor total estimado para o item corresponde a **R\$ 29.251,00** (vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e um reais).

O valor global estimado da contratação passa a ser **R\$ 156.355,52** (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

A metodologia adotada observa o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando fontes públicas e dados de mercado idôneos, com registro documental anexado ao processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e compatibilidade com os princípios da economicidade e do planejamento.

Com base nesse levantamento, obteve-se a seguinte **estimativa consolidada de preços**:

Tabela - Estimativa de Preços

Item	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Dispositivo Elétrico Incapacitante	06	R\$ 14.249,01	R\$ 85.494,06

2	Cadeira de resgate	04	R\$ 2.825,33	R\$ 11.301,32
3	Colete brigadista	150	R\$ 119,01	R\$ 17.851,50
4	Capacete brigadista	150	R\$ 66,86	R\$ 10.029,00
5	Raquete detectora	08	R\$ 303,58	R\$ 2.428,64
6	Fechadura digital biométrica	25	R\$ 1.170,04	R\$ 29.251,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 156.355,52</b>

## 7. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a implementação da solução proposta, pretende-se alcançar resultados institucionais mensuráveis e alinhados às diretrizes de segurança do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, contribuindo para a proteção da atividade jurisdicional, a preservação da integridade das pessoas e a mitigação de riscos no ambiente eleitoral e administrativo.

Espera-se, de forma objetiva:

a) o aparelhamento integral da Brigada de Incêndio, com equipamentos adequados, padronizados e devidamente identificados, assegurando condições operacionais para atuação em situações de emergência, evacuação assistida e salvamento;

b) o fortalecimento da atuação da Polícia Judicial por meio da ampliação do uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, promovendo intervenções mais seguras, proporcionais e compatíveis com os princípios da preservação da vida e do uso progressivo da força;

c) a melhoria da capacidade institucional de prevenção e resposta a incidentes, com redução da probabilidade de lesões graves ou fatais em ocorrências de segurança, bem como maior controle de riscos associados ao acesso de pessoas e objetos às dependências do Tribunal;

d) a garantia de evacuação assistida e segura de pessoas com mobilidade reduzida em situações de emergência, em conformidade com os princípios da acessibilidade, da dignidade da pessoa humana e da proteção à vida;

e) o incremento da percepção de segurança por magistrados, servidores e usuários, reforçando a confiança institucional e a regularidade do funcionamento da Justiça Eleitoral.

f) o fortalecimento do controle interno de acesso a ambientes estratégicos, com rastreabilidade, registro de entradas e redução do risco de acesso indevido.

Os resultados pretendidos guardam relação direta com os objetivos estratégicos do Tribunal e com as diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 435/2021, contribuindo para a construção de ambientes institucionais mais seguros, resilientes e preparados para situações críticas.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

A definição quanto ao parcelamento do objeto foi realizada com base nos princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência administrativa, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza, a diversidade técnica e a autonomia funcional dos itens que compõem a presente contratação.

Os bens a serem adquiridos inserem-se em segmentos de mercado distintos, tais como equipamentos de menor potencial ofensivo, materiais de salvamento e equipamentos de proteção individual, bem como dispositivos de apoio ao controle preventivo de acesso. Cada grupo de itens possui características técnicas próprias, cadeias de fornecimento específicas e fornecedores especializados, não havendo interdependência funcional que imponha a contratação conjunta como condição para o adequado desempenho operacional.

Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto em itens independentes, de modo a ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas especializadas em cada segmento e evitando restrições indevidas à concorrência. Tal estratégia favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, ao permitir maior disputa entre os licitantes e melhor adequação entre oferta e demanda.

O parcelamento adotado não compromete a padronização mínima necessária à atuação institucional, tampouco gera prejuízos à gestão contratual, uma vez que os itens são passíveis de fornecimento autônomo, com critérios objetivos de aceitação e fiscalização. Ao contrário, a divisão do objeto contribui para a racionalização das aquisições e para a mitigação de riscos relacionados ao fornecimento, à qualidade dos produtos e à dependência excessiva de um único fornecedor.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se adequada à presente contratação em razão das características da demanda, da natureza dos bens a serem adquiridos e da dinâmica operacional da segurança

institucional no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Os itens objeto da contratação destinam-se ao aparelhamento da Polícia Judicial, da Brigada de Incêndio e ao reforço de procedimentos preventivos de controle de acesso, cujas necessidades podem variar ao longo do tempo em função de fatores como intensificação das atividades institucionais, períodos eleitorais, realização de eventos de grande porte, alterações no efetivo e reavaliações de risco. Nesse contexto, o SRP permite à Administração maior flexibilidade para realizar contratações sob demanda, conforme a efetiva necessidade, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

O sistema possibilita a racionalização das contratações, ao concentrar em um único procedimento licitatório o registro de preços para itens de uso recorrente ou potencialmente repetido, reduzindo a necessidade de sucessivas licitações e promovendo maior eficiência administrativa. Ademais, o SRP favorece a padronização das aquisições, assegurando uniformidade de preços e condições de fornecimento durante a vigência da ata.

Ressalta-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços não implica compromisso de contratação imediata ou integral dos quantitativos estimados, tampouco vinculação orçamentária prévia, uma vez que a obrigação financeira somente se concretiza no momento da formalização de cada contratação específica. Tal característica torna o SRP instrumento adequado ao planejamento da contratação, sem prejuízo da observância das normas orçamentárias aplicáveis no momento da execução.

A utilização do SRP encontra respaldo no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023, que disciplinam o sistema como ferramenta de planejamento, gestão da demanda e obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, especialmente em contratações cujas quantidades e momentos de fornecimento não possam ser previamente definidos com absoluta precisão.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se juridicamente adequada, tecnicamente justificável e alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento e da economicidade, atendendo às necessidades institucionais do Tribunal sem comprometer a segurança jurídica ou a boa gestão dos recursos públicos.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, contratações vigentes que se interconectam e se relacionem diretamente ao objeto da presente aquisição, não existindo dependência com outros contratos para a execução do fornecimento dos materiais já descritos.

## **11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Após a aprovação da aquisição pela Administração do TRE-MA, caberá à ASIPO a gestão e fiscalização do contrato, sendo o servidor Marcelo Henrique de Amorim Mendonça (matrícula 30990361) – o Gestor do Contrato e Fiscal Titular; e o servidor Arthur Milhomens Gualberto (matrícula 30990899) – o Fiscal substituto.

## **12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, jurídica e operacional da contratação pretendida, destinada ao fortalecimento da segurança institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

A demanda foi adequadamente caracterizada, demonstrando a necessidade de aparelhamento da Polícia Judicial, da Brigada de Incêndio e do controle preventivo de acesso, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário e com os princípios da preservação da vida, do uso progressivo da força e da mitigação de riscos.

O levantamento de mercado evidenciou a existência de oferta suficiente e diversificada de soluções compatíveis com as especificações técnicas definidas, afastando a caracterização de solução exclusiva ou singular. A estimativa de preços mostrou-se compatível com os valores praticados no mercado, atendendo aos critérios de vantajosidade e planejamento da contratação.

A opção pelo parcelamento do objeto, bem como pela utilização do Sistema de Registro de Preços, encontra respaldo na legislação vigente e revela-se adequada à natureza da demanda, assegurando flexibilidade, eficiência administrativa e racionalização das aquisições, sem prejuízo da competitividade ou da segurança jurídica.

A análise de riscos indicou que os eventos identificados são passíveis de mitigação por meio das medidas previstas, não se verificando riscos impeditivos à realização da contratação. Dessa forma, o nível de risco residual é considerado aceitável, recomendando-se o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência e a adoção do procedimento licitatório cabível.

Diante do exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar atende aos requisitos legais e normativos aplicáveis, constitui instrumento adequado de planejamento da contratação e subsidia, de forma consistente, a tomada de decisão administrativa quanto à continuidade do processo.





Documento assinado eletronicamente por **MARCELO HENRIQUE DE AMORIM MENDONÇA, Técnico Judiciário**, em 26/05/2026, às 15:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2777860** e o código CRC **95737125**.

0004936-60.2026.6.27.8000	2777860v2
---------------------------	-----------